



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de reunião - Comissão de Licitação Tergip - 07/04/2022

Às 16h, do dia 07 de abril de 2022, reuniu-se a Comissão de Licitação do Tergip com integrantes do Núcleo de Estruturação de Projetos (NEP), por meio do aplicativo Microsoft Teams, em continuação à reunião anterior, do dia 06 de abril de 2022, para tratar do prosseguimento dos trâmites da Concorrência Pública SEINFRA n.º 001/2022. A reunião havia sido agendada pelo Subsecretário de Transportes e Mobilidade, Gabriel Ribeiro Fajardo, após este ter sido contatado pelo Presidente da Comissão de Licitação, conforme havia sido definido na reunião do dia 06/04/2022. Presentes Fernanda Alen Gonçalves da Silva (Coordenadora do NEP), Rayssa Rego Netto (Assessora do Núcleo de Estruturação de Projetos), Bráulio Humberto da Silva (Assessor do Núcleo de Estruturação de Projetos), Leandro Amaral Costa (Presidente da Comissão Especial de Licitação do Tergip), Fernando Márcio Mendes (membro da Comissão Especial de Licitação do Tergip) e Ana Luiza de Aguiar Carneiro (membro da Comissão Especial de Licitação do Tergip). A reunião foi aberta por Fernanda Alen, tendo o Presidente da Comissão Especial de Licitação questionado a ausência do Subsecretário de Transportes e Mobilidade, Gabriel Ribeiro Fajardo, que havia convidado todos os presentes. Fernanda Alen informou que Gabriel estava em outra reunião e, por isso, não poderia participar da assentada, mas registrou que o projeto fora estruturado, em boa medida, pelo NEP, de modo que a presença dela e dos demais integrantes na reunião seria suficiente para que o ato prosseguisse. Dito isso, Leandro explicou as dúvidas da Comissão quanto à possibilidade de habilitar ou inhabilitar a licitante, Consórcio Terminais BH, em relação aos requisitos da qualificação técnica, informando que a Comissão havia pensado em solicitar a realização de uma diligência *in loco* à área técnica da Seinfra. Fernanda expôs sua opinião, segundo a qual, a Comissão poderia realizar as diligências que julgasse conveniente, no entanto, deveria avaliar que tal diligência talvez não fosse adequada, considerando os custos para sua realização e que ela poderia implicar a inversão do ônus de prova quanto aos requisitos da qualificação técnica que devem ser provados pela licitante, e não pela Administração. Fernanda disse que nunca havia visto a realização desse tipo de diligência *in loco* por uma Comissão de Licitação e que isso poderia eventualmente ser interpretado pelos órgãos de controle como um favorecimento à licitante. Fernanda disse que a análise da Comissão é documental e que, salvo engano, o edital permitiu a comprovação de requisitos existentes em tempo pretérito, de modo que, atualmente, os equipamentos poderiam não estar presentes nos terminais a serem inspecionados, sendo a diligência inservível para os fins propostos. Fernanda exemplificou que há uma licitação relacionada a rodovias em que se exige o tráfego mínimo de um determinado número de veículos, afirmando que a Administração não iria diligenciar para ficar todo o dia nas margens da rodovia para fazer a contagem dos veículos. Fernanda afirmou também que as declarações foram prestadas por órgão públicos que possuem fé pública e que eventual informação incorreta constante nos atestados seria matéria da seara criminal. Mesmo assim, se a Comissão quisesse realizar tal diligência, poderia até mesmo consultar o jurídico da Seinfra para verificar tal possibilidade. Leandro fez uso da palavra para responder aos argumentos de Fernanda. Leandro pontuou que, da forma como os atestados de capacidade técnica de Estância de Atibaia/SP e de Ubá/MG estavam redigidos, ele não se sentia confortável para habilitar ou inhabilitar a licitante, Consórcio Terminais BH, pois os equipamentos indicados nos atestados, na forma como descritos nos referidos documentos, poderiam ser classificados como central de controle operacional do tipo integrada, ou não, dependendo, assim, de uma inspeção *in loco* a ser realizada pela área técnica da Seinfra, preferencialmente sob supervisão da Comissão e dos demais licitantes e interessados. Por outro lado, a habilitação da licitante pela mera leitura dos atestados de Estância de Atibaia/SP e de Ubá/MG não parecia possível a Leandro, pois ele não teria certeza, pela leitura dos documentos, que aqueles equipamentos listados equivaleriam a um CCO. A inhabilitação também seria temerária, segundo Leandro, pois os equipamentos poderiam ser, de fato, considerados um CCO e a Comissão estaria desclassificando o licitante mais bem colocado de forma indevida,

produzindo uma injustiça e frustrando o objetivo da licitação que é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Leandro pontuou que, no seu entendimento, não seria sequer necessário consultar o jurídico sobre a possibilidade de a Comissão realizar/solicitar diligência *in loco*, já que havia expressa disposição na lei (§3º, artigo 43, da Lei Federal 8.666/93) e no edital do certame (item 20.25) que cuidava da realização de diligências pela Comissão. O jurídico não poderia fazer um julgamento sobre o mérito da questão que competiria à Comissão. Por outro lado, Leandro sustentou que, no seu entendimento, a realização de diligência pela Comissão é ato vinculado, em que pese a expressão “facultada”, no texto legal. Isso porque, segundo argumentou Leandro, não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência, se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros. Nesse caso, a dúvida deveria ser apurada de ofício pela Comissão, sendo a realização de diligências obrigatória, não devendo ser decidida a classificação ou desclassificação da licitante, mediante uma escolha de mera vontade. Desse modo, na hipótese de o conteúdo de determinado documento ser duvidoso, como ocorre no presente caso, a promoção da diligência visando elucidar a suspeita passa a ser obrigatória. Assim, caso a Comissão tivesse dúvida sobre uma determinada questão, ela teria o dever-poder de realizar a diligência para sanar a dúvida, já que a inabilitação de licitante é que seria uma situação excepcional. Leandro reiterou o argumento, segundo o qual, o objetivo da licitação seria buscar a melhor proposta para a Administração e o licitante que pudesse corretamente prestar o serviço, não devendo a Comissão buscar motivos para inabilitação, mas sim, uma vez identificado que todos os documentos foram tempestivamente apresentados, se houver dúvida, verificar, de ofício, o cumprimento dos requisitos de qualificação técnica para que o licitante que apresentou a melhor proposta, se cumprisse tais requisitos técnicos, fosse habilitado. Quanto aos custos, Leandro afirmou que não via as duas vistorias técnicas como representantes de um alto custo, tendo em vista o valor da licitação e a relevância da questão, até mesmo para evitar judicialização e a eventual paralisação do processo por uma ordem judicial, o que certamente traria maiores custos para a Administração e prejuízos para a cidadania. Ademais, a eventual futura desclassificação do licitante, tendo por base o relatório técnico, seria muito mais difícil de ser contestada, trazendo maior segurança para todos. Leandro afirmou que não haveria inversão do ônus de comprovar habilitação, pois se estaria diante do saneamento de dúvida razoável da Comissão a partir de documentos tempestivamente apresentados pela licitante, cumprindo a Comissão apenas seu dever de diligenciar em caso de dúvidas e de aferir a habilitação técnica do licitante que apresentou a melhor proposta na fase de lances. Leandro afirmou, ainda, que a doutrina de direito administrativo, a lei e o edital, no seu entendimento, eram claros sobre a possibilidade de se realizar a diligência proposta, não havendo margem para que fosse apontada qualquer irregularidade por órgão de controle, sendo a atuação da Comissão escorreita e atenta a todos os princípios constitucionais aplicáveis ao procedimento. Leandro afirmou que, havendo dúvidas quanto aos documentos, a Comissão poderia realizar todo tipo de diligências nos termos da lei, até mesmo requisitar perícias, não havendo que se falar que a análise da Comissão seria apenas documental. Quanto à qualificação técnica abordar tempo pretérito, Leandro argumentou que, salvo engano, os contratos da licitante das cidades de Estância de Atibaia/SP e de Ubá/MG estariam vigentes, de modo que os equipamentos existentes (supostos CCOs) estariam, sim, instalados em tais locais. Leandro disse que o exemplo da rodovia não se aplicava ao presente caso, pois aqui as informações constantes no atestado apresentado continham pontos obscuros, enquanto no exemplo dado a informação do número de veículos constaria no documento. Se a informação estivesse clara no documento (atestado de capacidade técnica), não seria necessária diligência, segundo Leandro. Leandro afirmou que as declarações prestadas por órgãos públicos possuem presunção relativa de veracidade, sendo dever da Comissão, sob pena de responsabilização por negligência, se atentar para situações que pareçam exageradas ou que não correspondam à realidade, devendo apurar tais casos por meio de diligências, como ocorre especialmente na situação referente ao atestado de Ubá/MG, em que o número de usuários da rodoviária indicado no atestado de capacidade técnica é maior que a população do município. Leandro quis ouvir a opinião de Rayssa Rego Netto (Assessora do Núcleo de Estruturação de Projetos) que é a responsável do NEP que tem acompanhado os trabalhos da Comissão mais de perto. Rayssa concordou integralmente com Fernanda e afirmou adicionalmente que havia estado algumas vezes na rodoviária de Ubá/MG para fazer baldeação para uma cidade dessa região mineira e que acreditava que os números de usuários informados no atestado de Ubá/MG, que pareciam exagerados, poderiam (ela não afirmou que seria isso, apenas apresentando uma suposição a ser considerada pela Comissão) ser justificados pelo fato de aquela rodoviária ser uma espécie de “hub”. Ana Luiza se

manifestou, dizendo que também não tinha segurança sobre a competência da Comissão para realizar ou solicitar diligência *in loco*. Ana Luiza afirmou que a questão talvez fosse até mais fácil do que todos estavam imaginando, podendo ser resolvida por meio de diligência que seria cumprida pela própria licitante que iria afirmar se no local havia CCO ou não. Se a declaração fosse falsa, a licitante seria responsabilizada, inclusive criminalmente. Leandro registrou sua discordância em relação à realização dessa diligência em que a informação seria prestada pela própria licitante, ressaltando que, do seu ponto de vista, a qualificação técnica deveria ser comprovada por meio de atestados fornecidos por terceiros, e não por meio de declarações do próprio licitante. Além disso, no entendimento de Leandro, não seria possível apresentação de documentação complementar desse tipo pela licitante na atual fase de processo licitatório. Leandro argumentou que, havendo dúvida razoável, como de fato há, a complementação e verificação das informações deveria se dar por meio de diligência solicitada pela Comissão à área técnica que elaboraria um relatório de visita ao local e afastaria a dúvida por meio da verificação da presença dos requisitos. A Comissão poderia acompanhar a visita técnica, tudo como já sugerido acima. Fernando se manifestou afirmando que também não tinha segurança sobre a competência da Comissão para realizar ou solicitar diligência *in loco*. Fernando disse que havia pensado muito a respeito e que iria acompanhar o posicionamento dos demais participantes da reunião nesse caso, estando Leandro vencido quanto ao ponto. Fernando disse que conversaria com Diovane de Sá Leopoldino, Diretor de Gestão do Transporte Metropolitano, para verificar a disposição dele em se reunir com a Comissão para que fossem avaliados os documentos de qualificação técnica e buscar identificar a existência de central de controle operacional do tipo integrada, por meio dos atestados apresentados pela licitante. Bráulio sugeriu que a Comissão conversasse com outros servidores mais experientes em licitações da Seinfra sobre como eles e outras Comissões trataram situações semelhantes e ponderou que acreditava que a juntada de novos documentos pela licitante para comprovar a habilitação técnica nesse momento não seria possível. A Comissão decidiu marcar reunião em continuação, para o dia seguinte, às 10h, para seus membros, de modo que as questões pendentes fossem decididas. A reunião foi encerrada às 17h20, do que, para constar, eu, Leandro Amaral Costa, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação do Tergip. Belo Horizonte, data da última assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Amaral Costa, Servidor Público**, em 11/04/2022, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza de Aguiar Carneiro, Servidora Pública**, em 11/04/2022, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Marcio Mendes, Servidor Público**, em 11/04/2022, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44850084** e o código CRC **14E3EA34**.

Referência: Processo nº 1300.01.0006749/2021-65

SEI nº 44850084